

Departamento de Economia

Um Departamento de Economia com as funções culturais que vão ser atribuídas à Universidade de Brasília deverá abranger um campo de ação de grande amplitude. Esse campo pode ser dividido em três setores:

- a) economia aplicada
- b) política econômica
- c) economia teórica.

Vejamos sucintamente o alcance de cada um desses setores.

Economia aplicada

A compreensão e interpretação da realidade econômica pressupõe um trabalho sistemático de coleta de informações, de tabulação e ordenação destas, de pesquisa de natureza descritiva, que são, em última instância, a tradução da realidade social em material passível de análise sistemática. Quando fala de comércio exterior, de balança de pagamentos, de distribuição da renda, de formação de capital, de pressão inflacionária, etc., o economista está utilizando categorias conceituais cujo manuseio pressupõe uma imensa acumulação de dados empíricos. A um instituto universitário não cabe a coleta de dados primários, objeto de trabalho de toda a maquinaria estatística existente no país. Sua missão é interpretar a realidade, partindo desse material empírico, e indicar em que direções deve este ser expandido e de que maneira aperfeiçoado.

Em seu esforço de interpretação da realidade, o setor de economia aplicada compreenderá:

- a) estudos dos fenômenos de curto prazo ou de natureza conjuntural;
- b) estudo das tendências a longo prazo, inclusive projeções.

Política econômica

A análise a que procede o economista no setor da economia aplicada não considera os aspectos institucionais do processo econômico. O analista econômico admite a estrutura institucional como um dado e elabora os seus modelos partindo desse dado. Ocorre, entretanto, que os elementos institucionais estão em permanente modificação, sendo parte básica da ação do Governo orientar e efetivar essas modificações. Em toda a política de Governo existe implícito um projeto de modificação de aspectos da estrutura econômica e esses problemas escapam ao tipo de análise convencional feita pelo economista. Os aspectos institucionais que mais interessam ao economista preocupado com problemas de desenvolvimento econômico são aqueles que se relacionam com a propriedade e o uso de recursos produtivos escassos, com a distribuição da renda entre consumo e poupança, e com a orientação dos novos investimentos.

Uma política de desenvolvimento econômico inclui, via de re-

gra, duas linhas de ataque:

- a) ação direta do Governo, intensificando o estudo dos recursos escassos, melhorando a qualidade do fator trabalho, desenvolvendo ou adaptando a tecnologia e, finalmente, promovendo investimentos públicos na construção de uma infraestrutura que servirá de base a todo o edifício econômico;
- b) ação indireta do Governo, disciplinando a utilização da renda disponível nas mãos da população e incentivando, subsidiando e orientando investimentos privados.

Em síntese, o setor de política econômica deverá incluir três sub-setores principais:

- 1 - Estudo dos aspectos institucionais mais gerais, visando identificar aqueles que estejam entorpecendo o desenvolvimento econômico.
- 2 - Estudos ligados à ação direta do Estado, dos quais deverão sair as diretrizes da programação dos investimentos públicos.
- 3 - Estudos relacionados com a política de orientação e incentivo ao setor privado.

Economia Teórica

Tanto a Economia Aplicada, em suas análises, como a Política Econômica, na fundamentação de suas diretrizes, utilizam, implícita ou explicitamente, um conjunto de princípios ou hipóteses que são fornecidos pela Economia Teórica. O grau de generalidade desses princípios varia com o espaço e com o tempo, sendo um dos erros mais correntes dos economistas usá-los sem consciência dessa relatividade. Cabe ao economista teórico, através de análise cuidadosa das estruturas que observa, definir o grau de efetividade de um princípio derivado de modelos elaborados a um elevado nível de abstração. Os economistas que derivam desses princípios normas para orientar-se na formulação de políticas esquecem com demasiada frequência aquele fato. Nos países subdesenvolvidos — cujas estruturas foram muito pouco estudadas — é de absoluta necessidade que se faça um esforço de complementação teórica. Não se trata de negar toda e qualquer universalidade aos princípios da ciência econômica, o que seria o mesmo que negar a possibilidade de conhecimento científico da realidade econômica. Trata-se de complementar o esforço teórico que vem sendo feito em outras partes, testando a efetividade de princípios gerais e indicando elementos complementares que poderão contribuir para dar maior generalidade às hipóteses em uso.

(Contribuição de Celso Furtado para
a mesa redonda da S.B.P.C.) 28/29-10-1960

Departamento de Economia

Um Departamento de Economia com as funções culturais que vão ser atribuídas à Universidade de Brasília deverá abranger um campo de ação de grande amplitude. Esse campo pode ser dividido em três setores:

- a) economia aplicada
- b) política econômica
- c) economia teórica.

Vejamos sucintamente o alcance de cada um desses setores.

Economia aplicada

A compreensão e interpretação da realidade econômica pressupõe um trabalho sistemático de coleta de informações, de tabulação e ordenação destas, de pesquisa de natureza descritiva, que são, em última instância, a tradução da realidade social em material passível de análise sistemática. Quando fala de comércio exterior, de balança de pagamentos, de distribuição da renda, de formação de capital, de pressão inflacionária, etc., o economista está utilizando categorias conceituais cujo manuseio pressupõe uma imensa acumulação de dados empíricos. A um instituto universitário não cabe a coleta de dados primários, objeto de trabalho de toda a maquinaria estatística existente no país. Sua missão é interpretar a realidade, partindo desse material empírico, e indicar em que direções deve este ser expandido e de que maneira aperfeiçoado.

Em seu esforço de interpretação da realidade, o setor de economia aplicada compreenderá:

- a) estudos dos fenômenos de curto prazo ou de natureza conjuntural;
- b) estudo das tendências a longo prazo, inclusive projeções.

Política Econômica

A análise a que procede o economista no setor da economia aplicada não considera os aspectos institucionais do processo econômico. O analista econômico admite a estrutura institucional como um dado e elabora os seus modelos partindo desse dado. Ocorre, entretanto, que os elementos institucionais estão em permanente modificação, sendo parte básica da ação do Governo orientar e

efetivar essas modificações. Em toda a política de Governo existe implícito um projeto de modificação de aspectos da estrutura econômica e esses problemas escapam ao tipo de análise convencional feita pelo economista. Os aspectos institucionais que mais interessam ao economista preocupado com problemas de desenvolvimento econômico são aqueles que se relacionam com a propriedade e o uso de recursos produtivos escassos, com a distribuição da renda entre consumo e poupança, e com a orientação dos novos investimentos.

Uma política de desenvolvimento econômico inclui, via de regra, duas linhas de ataque:

a) ação direta do Governo, intensificando o estudo dos recursos escassos, melhorando a qualidade do fator trabalho, desenvolvendo ou adaptando a tecnologia e, finalmente, promovendo investimentos públicos na construção de uma infra-estrutura que servirá de base a todo o edifício econômico;

b) ação indireta do Governo, disciplinando a utilização da renda disponível nas mãos da população e incentivando, subsidiando e orientando investimentos privados.

Em síntese, o setor de política econômica deverá incluir três sub-setores principais:

1 - Estudo dos aspectos institucionais mais gerais, visando identificar aqueles que estejam entorpecendo o desenvolvimento econômico.

2 - Estudos ligados à ação direta do Estado, dos quais deverão sair as diretrizes da programação dos investimentos públicos.

3 - Estudos relacionados com a política de orientação e incentivo ao setor privado.

Economia Teórica

Tanto a Economia Aplicada, em suas análises, como a Política Econômica, na fundamentação de suas diretrizes, utilizam, implícita ou explicitamente, um conjunto de princípios ou hipóteses que são fornecidos pela Economia Teórica. O grau de generalidade desses princípios varia com o espaço e com o tempo, sendo um dos erros mais correntes dos economistas usá-los sem consciência dessa reatividade. Cabe ao economista teórico, através de análise cuidadosa das estruturas que observa, definir o grau de efeti-

vidade de um princípio derivado de modelos abstratos. É necessário não esquecer que os princípios gerais de economia de que dispomos são quase todos derivados da análise de modelos elaborados a um elevado nível de abstração. Os economistas que derivam desses princípios normas para orientar-se na formulação de políticas esquecem com demasiada frequência aquele fato. Nos países subdesenvolvidos — cujas estruturas foram muito pouco estudadas — é de absoluta necessidade que se faça um esforço de complementação teórica. Não se trata de negar toda e qualquer universalidade aos princípios da ciência econômica, o que seria o mesmo que negar a possibilidade de conhecimento científico da realidade econômica. Trata-se de complementar o esforço teórico que vem sendo feito em outras partes, testando a efetividade de princípios gerais e indicando elementos complementares que poderão contribuir para dar maior generalidade às hipóteses em uso.

(Contribuição de Celso Furtado para
a mesa redonda da S.B.P.S.)